

Plano tira mais do salário

Os salários, mais que os preços, devem ser afetados caso o governo resolva implementar o chamado Plano Simonsen, na verdade, uma reedição do programa econômico que Simonsen, enquanto ministro da Fazenda, desenvolveu durante o governo Geisel, em 1976. Ontem, como agora, a peça-chave desse programa é um redutor de correção monetária aplicado aos salários e aos preços públicos e privados. O efeito sobre os salários é mais sensível, segundo os economistas, porque são mais facilmente controláveis que os preços, hoje praticamente livres de controle oficial.

Em 1976, por 12 meses, começando de julho, Simonsen aplicou um redutor calculado a partir da média trimestral de preços segundo um método pelo qual 80% do índice eram compostos pela inflação efetivamente ocorrida e 20% dados por uma inflação futura teórica fixada pelo governo em 15% ao ano. Por exemplo, no caso de ter ocorrido uma inflação real de 10% num determinado mês, o índice oficial seria composto por 8% dessa inflação real e 0,24% equivalentes a 20% do 1,2% ao mês da inflação simulada anual de 15%. O resultado final era 8,24%. Em 12 meses, com esse procedimento, o governo Geisel fez a inflação cair de 47% para 36%.

No conjunto de propostas, Simonsen sugere que os preços e os salários sejam reajustados com base em um percentual de 19% no



Edward Costa/AE — 26/5/87

Simonsen: recriação de 76

primeiro mês, e não mais pela inflação passada. Na etapa seguinte, as correções seriam realizadas com a aplicação de um redutor de 0,9 equivalente à redução em 10% do índice usado no mês anterior. Simultânea ou previamente, o governo aplicaria um conjunto de medidas monetárias e fiscais, como a elevação das taxas de juros, controle rigoroso da emissão de moeda, novos cortes nos gastos públicos e aumento da receita tributária.